

O triângulo negro da abolição: Rebouças, Patrocínio, Gama¹

Angela Alonso²

Vou contar três infâncias. A era um aristocrata urbano, P, menino de engenho e L, um nascido livre que virou escravo. Esses destinos dessemelhantes continham em comum a partilha da cor de pele e, mas adiante, deram no mesmo leito político: o movimento abolicionista.

As trajetórias díspares, mas convergentes, permitem discutir um postulado da literatura sobre o movimento abolicionista no Brasil, o de que negros e mulatos engajados no abolicionismo formassem grupo social homogêneo. As histórias de A, L e P fazem o contraditório dessa tese, apontando a complexidade da estratificação social da sociedade aristocrática do Império, que produziu diferenças entre abolicionistas negros tanto em estilo de vida quanto em estilo de ativismo.

1. Origens

1.1. O engenheiro dos diques múltiplos

O menino A era filho de estadista, deputado e conselheiro do Império e dono de reputado escritório de advocacia. A vantajosa inserção social da família, com acesso franco aos dois Partidos e à família imperial, se completava, à maneira da época, pela posse e usufruto de um lote de escravos domésticos.

Rebento da elite, André Pinto Rebouças ingressou no curso de engenharia na Escola Central e fez parte dos estudos por meio da clássica viagem de formação pela Europa. Morou em Paris, sem perder as proverbiais festas do chanceler brasileiro, o Barão de Penedo, em Londres.

¹ Agradeço os comentários recebidos quando da apresentação do paper na mesa "Negros em movimento, antes e depois da Abolição", do Seminário "Classe, cultura e ação coletiva", em 16 de junho de 2011, PPGS- USP. Versão reduzida no prelo (Ciência Hoje, SBPC).

² Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e pesquisadora do Cebrap.

Voltou empreendedor. Arranjou empregos e oportunidades, manejando sua caderneta de endereços, exímio operador do lobby. Assim chegou a inspetor de fortalezas, viajou o país de sul a norte, traçando retas, fazendo obras. Ganhou condecoração de D. Pedro II, por causa de uma experiência com "diques múltiplos". Levou seus préstimos ao general Osório, na guerra contra o Paraguai. Depois, inspetor da companhia de gás e comandante das obras da Alfândega, com salário alto, ascendendo à posição de gerenciador de favores. Alçar-se-ia logo a professor da prestigiosa Escola Politécnica. No final dos anos 1860, Rebouças tinha bolso cheio, trânsito franco por partidos e prestígio social, de que são prova os convites frequentes para o salão do Conde D'Eu.

Foi em 1867. Um seu subordinado pediu-lhe a alforria de escravo empregado nas obras sob sua supervisão: "uma carta do Engenheiro C. Neate, pedindo-me que promovesse a emancipação do operário Chico, o decano das obras hidráulicas." (Diários de Rebouças, 10/2/1867). O evento levou Rebouças a atentar para o assunto entrando na agenda política. Imbuído de ímpeto civilizatório, não só concedeu a libertação ao Chico encanador como incluiu a abolição da escravidão na retórica do progresso com que enchia seus projetos de empresário modernizador, cogitando uma "Lei de impostos sobre a escravatura", cuja arrecadação deveria ser empregada em alforrias (Diários de Rebouças, 28 /7/1867).

Mas se viu acusado de andar no sentido contrário. Em 1868, em meio à preleção sua na Escola Central, presente o Imperador, recebeu em cheio "a pecha de esclavagista". É que os Rebouças tinham escravos em casa.

André então alforriou "nossa cria Guilhermina" (embora apenas em 24 de junho de 1870 libertasse outros três escravos remanescentes), de modo a honrar resposta que deu ao acusador:

"Sou abolicionista de coração (...) e espero em Deus não morrer sem ter dado ao meu País as mais exuberantes provas da minha dedicação à Santa Causa da Emancipação." (Diário de Rebouças, 15/6/1868)

Esses provas, nas próximas duas décadas, Rebouças deu-as todas.

1.2. O filho de Luiza

O menino L era Luiz porque filho de Luiza, africana livre, quitandeira, rebelde da revolta malê, que deixou para trás o filho com o pai, um fidalgo, que o criou até que dívidas de jogo falaram mais alto que seus dotes paternais. Aos 10 anos, Luiz foi embarcado livre em Salvador e desembarcado escravo no Rio de Janeiro.

Dali levado a Campinas, depois a São Paulo, aonde aprendeu diversos ofícios de escravo doméstico e de ganho. Até ficar amigo de um estudante de Direito, que lhe ensinou as letras, leis e política. Foi brandindo a lei que, aos 18 anos, Luiz Gonzaga Pinto da Gama afrontou seu dono: nascera livre e livre se declarava. Desde aí assentou praça, chegou a cabo, virou copista, escrivão, ordenança, amanuense da secretaria de polícia. Sempre demitido por turbulento.

Trilha de empregos feita pela via dos favores e proteções, sobretudo a de José Bonifácio, o moço, líder do Partido Liberal em São Paulo. Assim chegou à imprensa, passando a redigir sátiras versificadas e debochadas contra costumes e instituições.

Com esse pendor para a pândega, Luiz nunca seria de salões, como Rebouças. Mesmo ascendido aos meios políticos paulistas, não adquiriu a polidez de Corte. Expelia "saraivada de grossas pilherias de velho sargento", "pilherias desenluvadas" (Pompéia, 1882:207-8; 210); irônico até a rudeza.

Tampouco seria das instituições. Seu aprendizado das letras com o estudante de direito suscitara interesse pela lides das leis e dos tribunais. E como a ascensão social era promessa aparentemente sem limites, Luiz Gama acalentou o sonho de se sentar sob as arcadas. Mas jamais pôde entrar na faculdade.

Daí foi quando virou rábula, advogado informal, mais sabido que os diplomados, mas sem a chancela social deles. Sem poder ascender no Império, Gama se pôs a contestá-lo.

Seu anticlericalismo, antimonarquismo achou lugar no *Diabo Coxo* (1864-1865), depois em o *Cabrião* (1866-1867), jornais insuflados pelos Liberais Radicais em republicanização. Logo era aprendiz de tipógrafo em *O Ipiranga*, dos já republicanos Ferreira de Menezes e Salvador de Mendonça. E assim foi fazendo turma com os queriam reformar o Império de alto a baixo. Por fins dos anos 1870, adotou seu bordão: o Brasil "sem reis e sem escravos". (Ferreira, 2001:351-2).

1.3. Zé do quê?

O menino P nasceu da mancebia de liberta quitandeira com o vigário da paróquia de Campos, que lhe negou sobrenome, mas o criou da porta para dentro. De modos que P foi meio menino de engenho, na Fazenda da Lagoa de Cima. Tudo correndo bem até a adolescência, quando reagiu à situação de ilegitimidade doméstica estapeando uma das amantes do pai. P foi então enviado, em 1868, à capital do Império. De princípio, com mesada e sob proteção de amigos do Vigário. O dinheiro logo sumiu, mas o circuito de favores facultou morar de graça, arranjar emprego de aprendiz de Farmácia e entrar na Faculdade de Medicina.

Driblando a dureza pelo cultivo das relações com as boas famílias, o jovem José Carlos do Patrocínio teceu ampla teia social de sustentação. De um lado, estabeleceu-se rei da boemia, pontificando entre músicos, donos de teatro, poetinhas sem vintém e atrizes sem empresário. De outro, aproximou-se da panela política liberal, achando emprego de revisor no jornal do partido, *A Reforma*.

Tudo ia de novo bem quando um professor-frade do curso de Medicina o reprovou por razões extra-acadêmicas. Sem mencionar a origem - ou falta dela - do aluno, disse apenas que "não gostava dele" (Alencar, 1906). Em 1873, no jornalzinho da faculdade, *O Lábaro*, Patrocínio levantou a voz para reclamar, irmanando-se aos mais injustiçados do Império:

"Quebreemos essas algemas
 Que oprimem nossos irmãos,
 (...)
 Brademos aos quatro ventos:

'Escravos, sois cidadãos!'" (*Uma Esmola* apud Magalhaes, Jr., 1969:27)

Barrado pelo frade, saiu da faculdade, em 1874, apenas com diploma de farmacêutico, mas com carreira aberta no republicanismo e no abolicionismo. Em *Os Ferrões* acusou a inoperância da lei do ventre livre e o barbarismo dos escravocratas. Toada que seguiu em outros pequenos jornais até adentrar um maior, a *Gazeta de Notícias*, de propriedade de outro mulato, José Ferreira de Souza Araújo. Sob esse padrinho foi de revisor a cronista político. Por meados dos anos 1870, Patrocínio deu de assinar seus artigos como "Proudhomme", adaptando a máxima de Proudhon ao contexto local: "a escravidão é um roubo!"

2. Questão de pele

O que é essas trajetórias tão diferentes tem em comum?

Duas coisas. Primeiro, uma característica fenotípica, a cor. Segundo, um tipo de ativismo político, o abolicionismo.

Será que uma coisa tem a ver com a outra?

Para responder é preciso entender como cada um se engajou no movimento abolicionista. Cada qual viveu um episódio decisivo que suscitou um sentimento de injustiça. Injustiça entendida como uma situação social - não dado da natureza ou obra de forças suprahumanas - produzida por decisões políticas. A constatação de que sua circunstância fora socialmente produzida e que só por ação *coletiva* poderia ser alterada é que deu a motivação pessoal (Gamson e Meyer, 1996) para a conversão de Rebouças, Gama e Patrocínio ao ativismo político abolicionista. Os três viveram experiências de estigmatização relacionadas à sua cor que motivaram sua conversão em ativistas abolicionistas.

Para Gama e Patrocínio a experiência foi o bloqueio à carreira.

Luiz Gama, barrado no acesso à Faculdade de Direito, fez do preconceito um ricochete, usando sua situação de objeto de discriminação como arma discursiva contra a norma social tácita, como se vê em seu famoso poema "Bodarrada". Chamado de "bode" porque negro (Menucci, 1938: 93), Gama revida:

"Se negro sou, ou sou bode
 Pouco importa. O que isto pode?
 Bodes há de toda casta
 Pois que a espécie é muito vasta...
 (...),
 Bodes negros, bodes brancos,
 E, sejamos todos francos,
 (...),
 Gentes pobres, nobres gentes
 Em todos há meus parentes."

O verso de fecho pasteuriza a elite imperial: "é tudo bodarrada". O adjetivo "bode", impingido por adversários, ricocheteia e atinge em cheio o núcleo produtor da hierarquia, da desigualdade e do preconceito, ao mesmo tempo em que põe em alto-relevo a dificuldade de discernir a situação social pela cor no Brasil Imperial.

Gama se identifica como negro, casado com negra, orgulhoso de sua cor. Isso o põe de par com um quarto abolicionista, Vicente de Souza, também negro casado com negra.

Mas nem todo mundo viveu assim a experiência da cor.

Patrocínio encarnou a sua de modo ambíguo. Autodescreveu-se como da cor do "tijolo queimado", mas usou da clássica estratégia de branqueamento pelo casamento, preferindo, como, aliás, Frederick Douglass, o grande abolicionista negro norte-americano, como, aliás, Machado de Assis, legitimar-se socialmente casando-se com uma branca. O casamento deu a Patrocínio também o acesso à vida material confortável. Mas o dote da esposa não foi para usufruto. Patrocínio queimou cada tostão organizando o maior e o melhor de todos os jornais abolicionistas, *A Gazeta da Tarde*. Vivendo seguidas estigmatizações, a começar pela velada do frade na escola de medicina até a explícita em comício de 1889 - "Patrocínio foi o último negro que se vendeu no Brasil" - engajou-se de corpo e alma na campanha abolicionista. Ao longo dela, a cor voltou-lhe incontáveis vezes. Pelos

idos de 1887, em meio a comício conturbado, da platéia gritaram: "Cala a boca, negro!", Patrocínio cresceu sobre os calcanhares: "Quando Deus me deu a cor de Otelo foi para que eu tivesse ciúmes da minha Raça!" (Mariano, 1927).

Tanto para Gama quanto para Patrocínio, a experiência da hierarquização pela cor se soma à experiência de bloqueio à ascensão social, ficando uma meio inseparável da outra. O acesso aos postos de reconhecimento social e de mando político, de que o diploma na escola superior era o abre-te-sésamo, permanece fechado para mulatos mal nascidos como eles, mesmo quando apadrinhados. Daí porque Machado de Assis se protegeu bem nunca tentando assento em escola superior ou cargo no parlamento.

Essa experiência de subordinação social forçada ajuda a entender a aproximação inicial de Patrocínio e de Gama da ala Radical do Partido Liberal, que nessa altura estava fora do governo e usava o espaço público - com jornais e conferências (Carvalho, 2007) - para defender programa de reformas, incluindo o fim paulatino da escravidão, bem como o deslocamento consecutivo, com boa parte dos Liberais Radicais, para o republicanismo: Patrocínio e Gama foram ambos militantes de primeira hora do Partido Republicano, respectivamente na Corte e em São Paulo.

Para ambos, portanto, a incompletude dos canais de ascensão social para negros e mulatos explica a mobilização política contra o tripé do sistema de poder imperial: monarquia, catolicismo e escravidão. Incompletude porque havia porosidade do mundo público, explorada até o paroxismo por Machado de Assis, e que permitiu tanto a Patrocínio quanto Gama o acesso a jornais, clubes e redes de sociabilidade política. Mas o acesso não se consumou em diplomas, postos e prebendas que ratificassem social e politicamente a ascensão. Patrocínio e Gama acharam emprego, refúgio e espaço de locução política na imprensa, não no Parlamento.

O bloqueio à ascensão política como motivação do abolicionismo, contudo, explica só parcialmente a mobilização dos mulatos. Porque não explica a de todo mundo.

Veja-se Rebouças. Durante sua bem-sucedida carreira, não foi obstado mais do que o normal numa sociedade de corte pequena, com poucos postos e prebendas em disputa. É claro que não ganhou todas as paradas, porque ninguém ganhava (Graham, 1990), mas ganhou muitas importantes, teve contratos vultosos, administrou grandes obras de engenharia e privou da intimidade de chefes de gabinete, mesmo dos grandes líderes, como Itaboraí e Rio Branco, e da família imperial – amigo primeiro do Conde D'Eu, depois do próprio Imperador. Então, sua mobilização não pode ter nascido de bloqueio social à carreira individual.

Seus textos dos anos 1870 expressam com veemência uma retórica do progresso, visando persuadir seus pares da elite social e política ao empreendedorismo. O que o motiva a se engajar no abolicionismo é um ímpeto de aristocrata modernizador.

Porque era isso que Rebouças fundamentalmente era: membro da aristocracia social. Como tal e como engenheiro de méritos prontamente reconhecidos, ignorou longamente sua cor. Entre a aparente indiferença a ela nos círculos que frequentava e o autocamuflamento, pôde viver até a idade madura sem se referir à sua pele nem ao mais íntimo dos confessionários: seu diário pessoal.

Contudo, não escapou da experiência de subordinação social por causa da cor. Foi em junho de 1873, em Nova York. Rebouças tinha como modelo para o Brasil o progresso da potência ianque, mas foi bem no meio deles que se apercebeu da sua pele como limite social. Na Europa e no Brasil, nas altas rodas, fazia ouvidos moucos a chistes, obstáculos, antipatias, mesmo à carta anônima, de 20 de setembro de 1871, escancarando “a qualidade minha de mulato” (Diários de Rebouças, 20/9/1871). Era um aristocrata a quem acontecia ser mulato. Mas na metrópole norte-americana, avessa a etiquetas nobiliárquicas, a cor sobrepujou os títulos: foi recusado por seguidos hotéis em Nova York: “Depois de algumas tentativas, compreendi que era dificuldade da cor a causa das recusas de aposento”. Ao fim, o consulado brasileiro “obteve-me um aposento no Washington Hotel com a condição de comer no quarto e nunca no *restaurant*. O primeiro aposento que tive foi um quartinho muito sujo no 3º andar (...)” “Fui pela manhã

obrigado a tomar banho em uma barbearia." (Diários de Rebouças, 29/05; 10/06/1873). Não pôde ir à ópera. A 16 de junho dormiu com fome, tal o veto dos restaurantes. Fugiu para a Pensilvânia. Achou a Filadélfia suja, a Filadélfia achou Rebouças negro: "Ainda o prejuízo da cor obrigou-me a fazer a refeição no nosso quarto." (Diários de Rebouças, 18/06/1873)

Quando finalmente as intervenções de amigos lhe obtiveram lugar num hotel francês em Nova York, o French's Hotel, Rebouças reassumiu sua persona de aristocrata: "um serviço de criados muito inferior ao dos hotéis da Europa." (Diários de Rebouças, 21/06/1873).

Rebouças teve a experiência intensa de uma sociedade democrática, na qual, na ausência das hierarquias aristocráticas, a cor se fizera marca de distinção, no sentido de Bourdieu, diferenciadora e hierarquizadora, mas também no de Goffman, como estigma. O engenheiro, apreciador de simetrias, se deu conta, exatos dois anos depois de libertar os últimos escravos de sua casa, que também ele era rebento africano do tráfico. A condição durava indelével na pele. Isso Rebouças aprendeu, literalmente, na carne.

A humilhação, em vez de subordinar, levou Rebouças a se nivelar pelo alto, achando um equivalente a si na sociedade americana: "o mulato Douglass, velho amigo do presidente Grant, muito influente na sua reeleição, fora ultimamente rejeitado nos hotéis de Washington (...)." (Diários de Rebouças, 21/06/1873). Como Rebouças, Douglass era personalidade cativante, andando pelas antecâmaras do poder, cultivado nas letras, viajando sempre à Europa. E vítima de preconceito. Eram quase gêmeos de tão parecidos. Só faltava Rebouças se tornar para o Brasil o que Douglass fora para os Estados Unidos: o maior dos abolicionistas negros.

Patrocínio, Gama e Rebouças chegaram ao ativismo por motivações subjetivas diferentes. Cada um, contudo, experimentou em algum momento a estigmatização por conta de sua origem africana. Cada qual poderia ter adotado estratégia individual de manobra das regras de subordinação de negros e mulatos no Império, como fez Machado de Assis. A regra consistia em negar ou camuflar a

própria cor, sobrepujando a pele pelo talento. Machado foi craque nessa área: logrando tornar sua cor socialmente invisível. Operação que outro abolicionista, Joaquim Nabuco, mais tarde ratificaria e legitimaria, atribuindo ao amigo marcação de status mais elevada: "Eu não o teria chamado de mulato (...). O Machado para mim era um branco, e creio que por tal se tomava; (...). Eu pelo menos só vi nele o grego. O nosso amigo, tão sensível, preferiria o esquecimento sobre suas origens." (Carta de Joaquim Nabuco a José Veríssimo, 25/11/1908, acervo ABL).

No calor da hora, Rebouças, Gama e Patrocínio entenderam que o processo de subordinação pela cor era sistema assentado sobre o regime social escravista. Esta constatação fez com que os três queimassem seus navios *individuais*, perdendo de vez as chances de ascensão na sociedade imperial. O ativismo abolicionista custou a derrocada de apadrinhamentos políticos, no caso de Gama e Patrocínio, e de possibilidades de negócios, no caso de Rebouças. A estratégia *coletiva* contra o status quo era uma opção de ruptura. Gama, Patrocínio e Rebouças puseram seus talentos na rua e foram fazer um movimento social.

3. Estilos de ativismo

Embora iguais na cor, a inserção diferencial na sociedade aristocrática fez com que Rebouças, Patrocínio e Gama desenvolvessem estilos também peculiares de ativismo abolicionismo.

3.1. O método Rebouças - entre o abolicionismo de Corte e o abolicionismo das ruas

Quando se interessou pela abolição, em 1868, como parte de seu projeto de modernização do país, Rebouças já era lobista bem sucedido no plano empresarial. A rede de relações nos partidos e na sociabilidade de corte fez com que tentasse atacar a escravidão por dentro do sistema decisório principal, que não era a arena do parlamento, mas a antesala do chefe de gabinete.

Nas instituições políticas andava a passo lento o debate que levaria à Lei do Ventre Livre em 1871. A guerra civil norte-americana, suscitada pela questão,

pusera definitivamente a questão na agenda brasileira, No Conselho de Estado e nos bastidores, discutia-se a aplicação da fórmula espanhola: libertar escravos por nascer e os prestes a morrer, a lei Moret, emendada para Cuba e Porto Rico, em 1870, e modelo para vários projetos brasileiros de emancipação gradual a partir de 1869 (Conrad, 1972:86ss). Nessa altura findava outra guerra, a nossa contra o Paraguai, que também trouxe a questão à baila: ao longo do conflito o governo prometera alforrias futuras a troco de soldados presentes e, no epílogo, o Conde D'Eu, marido da herdeira do trono, aboliu a escravidão no Paraguai.

Quando a discussão se avolumava no sistema político, Rebouças começou a usar seu sistema de lobby nobiliárquico, bem sucedido para si, em favor da abolição da escravidão. Enfronhando até a medula na coxa das instituições imperiais, ao decidir-se por abolicionista, se pôs a agir à sua maneira usual, pelas bordas do sistema político. O abolicionismo, Rebouças viu, podia avançar pelos meandros da sociedade de corte, assoprado ao ouvido de autoridades, por lobby.

Como os partidos eram mais contrários que favoráveis ao avanço da questão, talvez o melhor, Rebouças matutou, fosse investir em cooperação com autoridades, por meio das redes de relações interpessoais tão centrais numa sociedade de corte. E lá foi ele pressionar políticos, manejando sua teia de contatos na elite imperial.

Por 1869 já tinham se formado ao menos 12 associações abolicionistas no país e Rebouças pensou em criar também a sua. Mas mesmo nesse plano julgou que o principal era agir na intersecção entre sociedade civil, sistema político e sociedade de corte. Assim é que tentou, em 1870, criar a "Associação Central Protetora dos Emancipados" (Diários de Rebouças, 15;19/4/1870), abarcando membros desses três nichos. E começou indo direto ao chefe de gabinete, o Visconde de Itaboraí, e ao marido da herdeira do trono.

Articulador de muitos tentáculos, Rebouças quis erodir a resistência como arranjava seus empregos, por peregrinação. Falava a deputados e circulava pelos bastidores do Parlamento, distribuindo projetos de lei que redigia (Diários de

Rebouças, 9/5/1870). Mas todos lhe respondiam com reticências. Entre acesso e influência vai uma légua que Rebouças não transpôs.

Mesmo assim perseverou. Prosseguiu seu lobby junto aos dois próximos chefes de governo, o Visconde de São Vicente, que prometeu a lei do Ventre Livre, e o outro Visconde, o de Rio Branco, que se incumbiu de fazê-la. Em maio de 1871, Rebouças levou a Rio Branco "os 3 quadros sinópticos de Projetos de Emancipação", que davam 1890 como data limite da abolição. "Conversamos sobre a liberdade do ventre." (Diários de Rebouças, 20/6/1871).

Enquanto a lei se discutia no Parlamento, Rebouças entrou em vai-e-vem entre influir nas instituições e fundar uma associação de propaganda da abolição na sociedade. Outros abolicionistas começavam a dar as caras em conferências de proselitismo. Rebouças foi a uma delas, em 2 de julho, no Teatro São Pedro (Conrad, 1972:325), como antes fora a um espetáculo, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, ao fim do qual uma menininha escrava fora libertada no palco pelo ator Ernesto Rossi que conclamou a audiência: "Deus ainda não dissera de que cor eram os seus anjos, que todos homens eram iguais: negros, brancos ou de qualquer cor." (apud Diário de Rebouças, 27/6/1871)

Rebouças, que tanto amava a ópera, se pôs de vaso comunicante entre os bastidores políticos e teatrais. Quando, em 27 de setembro de 1871, o Senado aprovou o Ventre livre, Rebouças estava lá. Mantinha um olho no sistema político, mas o outro já estava na mobilização da sociedade nos teatros. Logo encontraria em cada campo um companheiro à sua altura. Nas instituições, Rebouças se aliou a um aristocrata como ele, Joaquim Nabuco. No espaço público, deu com outro mulato de sua envergadura: José do Patrocínio, de quem seria não só parceiro como compadre.

3.2. O método Gama ou o abolicionismo jurídico

Se Rebouças cercava as instituições políticas, Gama atacou pelas jurídicas. Adotando uma retórica do direito à liberdade, dedicou-se a "processos em favor de pessoas livres criminosamente escravizadas; e auxiliar licitamente, na medida de

meus esforços, alforrias de escravos (...)." (Carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça, 25/7/1880). Licitamente era usando os Artigos 19 e 179 da Constituição de 1824, que asseveraram, respectivamente, a abolição de açoites, marca de ferro quente e tortura, e a inviolabilidade dos direitos civis e políticos, e, sobretudo, o acordo burlado do Brasil com os ingleses, proibindo entrada de escravos desde 1831, e que, aplicado, significaria libertar magotes de "africanos livres" ingressados daí até 1850, bem como sua descendência.

"É o fato que a maior parte dos escravos africanos existentes no Brasil foram importados depois da lei proibitiva do tráfico (...). Deverão os amigos da humanidade, os defensores da moral cruzar os braços diante de tão abomináveis delitos?" (Luiz Gama, *Radical Paulistano*, 30/9/1869 apud Ferreira, 2009)

Resposta contida na pergunta. Gama tentou abolir a escravidão provando, caso a caso, sua ilegalidade. O método era singelo: estabelecendo a data de ingresso no país, estabelecia-se a ilegalidade do título de propriedade do escravo. Tudo grátis: "Eu advogo de graça, por dedicação sincera, à causa dos desgraçados; não pretendo lucros, nem temo violências." (Luiz Gama, *Correio Paulistano*, 20/11/1869 apud Azevedo, 1999:119). E com propaganda: "O abaixo assinado aceita, para sustentar gratuitamente perante os tribunais, todas as causas de liberdade que os interessados lhe quiserem confiar. Luiz Gonzaga Pinto da Gama." (*Radical Paulistano*, 31/5/1869 apud Azevedo, 1999: 193).

Defendia ainda réus escravos, desafiando o coração da ordem imperial, ao apontar como legítimo o ato ignominioso por excelência, o temido dos temidos pelos senhores: "Perante o direito, é justificável crime de homicídio perpetrado pelo escravo na pessoa do senhor." (Luiz Gama apud Menucci, 1938:154). Interpretando a legislação às tortas, burlando regras de formação de provas, às vezes guardando em casa escravos-réus antes do julgamento, Gama andava no meio fio entre o ativismo legal, dos tribunais, e o crime de acobertamento.

Saiu advogando "questões de liberdade" pela província e atraiu emuladores, como seus companheiros de partido republicano, os moderninhos irmãos Campos,

Américo e Bernardino. Sua verve desapiedada nos julgamentos e na imprensa conquistou séquito na rapaziada da faculdade de Direito, que se engancharia nele, fundando, em 1882, um jornal (*Ça-Irá*), a Caixa Emancipadora Luiz Gama, para arrecadar fundos para manumissão. Seu método se popularizaria pelo país, dando numa das principais estratégias do movimento abolicionista daí por diante: o uso dos tribunais como espaços de contestação da escravidão. Essas "ações de liberdade" libertaram cerca de 500 escravos de 1868 e 1880 (Sud Menucci, 1938). Foi de bode a líder.

Gama, ao contrário do viajado Rebouças, nunca viu céu estrangeiro, mas escolheu como modelos ícones do abolicionismo mundial: o presidente norte-americano, assassinado depois de abolir a escravidão, seu conterrâneo revolucionário e o escravo romano líder de levante escravo: "quero ser louco como John Brown, como Espartacus, como Lincoln" (*Gazeta do povo*, 28/12/1880 apud Azevedo, 1999: 186).

Em 1880, Rebouças convidou Gama para escrever no jornal que fundara com Joaquim Nabuco: *O Abolicionista*. Ele e Patrocínio alimentavam a ideia de fundar uma federação de associações antiescravistas. Gama então, em 1882, criou o Centro Abolicionista de São Paulo, que se filiaria à Confederação Abolicionista no ano seguinte. É que a Confederação só saiu do papel em 1883. No ínterim, Gama morreu. Não podiam mais formar trio. Contudo, Patrocínio, que fez a longa viagem a São Paulo para o seu funeral, achou-lhe outra posição: Luiz Gama virou símbolo.

3.3.O método Patrocínio: os teatros e as ruas

Quando se casou com Bibi, uma das filhas do Capitão Emiliano Sena, republicano e militar algo abonado, Patrocínio usou o dote para comprar a *Gazeta da Tarde*. Para o novo jornal trouxe ex-colegas da medicina e escritores de sua roda boêmia e a temática que já abraçara na *Gazeta de Notícias*: a abolição.

Mas além do jornal, Patrocínio se juntou a Vicente de Souza e a André Rebouças para organizar conferências públicas de proselitismo em teatros. De óperas a vaudevilles, de música de câmara a grandes orquestras, os palcos davam o

entretenimento popular, sem deixar de atrair o apuro e o gosto das gentes aristocráticas. Espaço democrático, aonde cabiam aristocratas e plebeus, os teatros seriam, o trio matutou, mais atrativos que as escolas superiores ou as sedes das associações para o proselitismo. Ali criaram as conferências-concerto, que se converteram em rituais públicos de concessão de alforrias em eventos genuinamente teatrais, com amplo uso das artes.

Foi em 1879. Souza deu o pontapé inicial. A intimidade de Rebouças com a ópera e de Patrocínio com a boemia proveu a ignição. Rebouças era amigo de Carlos Gomes e, além da expertise em organização, tinha o gosto pelas galas. Já Patrocínio vivia nas operetas, entrosava com donos de teatros e gente como Chiquinha Gonzaga. Tinha as manhas do café-concerto, do discurso de improviso nos brindes, e uma rede de relações com os artistas sem carreira, nem carteira, que foi empregando em seu jornal. Escritores, poetas e mesmo atores, como Vasquez, foram escrever na GT. Gente de refinamento relativo e poucas papas na língua, transbordando um mundanismo que contrabalançou a pompa de Rebouças - e deve, por vezes, tê-lo escandalizado.

O erudito Rebouças, o circunspecto Vicente de Souza e o popular Patrocínio fizeram trio. Viram no teatro possível suporte organizacional e espaço público para a propaganda, num sucedâneo da igreja no abolicionismo anglo-americano. Além do palco, o teatro ofereceu linguagem para expressão e ritualização do proselitismo. Deu estilo ao protesto (Alonso, 2009).

Deprimido com maus negócios e infortúnios pessoais, Rebouças chamou para si os bastidores, seu ambiente: especializou-se na logística, nos arranjos práticos, no orçamento. A cara a público quem a deu primeiro foi Vicente de Souza, falando sobre *O Império e a Escravidão: o parlamento e a pena de morte*, a 23 de março de 1879, no Teatro São Luiz (Moraes, 1924:350). Em 25 de julho de 1880, domingo, no salão da Escola Normal, com os fundos arrecadados libertou-se um escravo (Conrad, 1972: 169). Desde aí as conferências viraram série. Rebouças organizou a segunda, trazendo Carlos Gomes para libertar escrava sua, em agosto. Mesmo mês

de terceira, no Teatro São Luiz, com programa musical e quase 700 presentes (Conrad, 1972: 169).

Volume suficiente, para que Rebouças, Souza, Patrocínio buscassem aliança com o político sênior de segunda divisão, Nicolau Joaquim Moreira. Os quatro criaram, ainda em 1880, a Associação Central Emancipadora (ACE), no Rio de Janeiro, que seguiu a série de conferências em teatros: Recreio Dramático, Polytheama, São Luis, basicamente o recinto que Patrocínio conseguisse de graça. Entre julho de 1880 e julho de 1881, a ACE fez 43 eventos na Corte (*O Abolicionista*, 1880), cerca de 3 por mês. Em 17 delas discursou Vicente de Souza, em 18, Patrocínio (Silva, 2006: 6). Rebouças preferiu a coxia.

A presença de Nicolau Moreira tinha a ver com a tática Rebouças de um pé em cada canoa, no sistema político e fora dele, mas era também prudência de Patrocínio. Temeroso da polícia desbaratar os eventos, fazia questão de uma autoridade:

"Desde o princípio as conferências foram sempre presididas por homens de grande merecimento e prestígio, e para não causar extensa nomenclatura lembrarei que elas foram honradas quase sempre pela presidência de Nicolau Moreira, de Muniz Barreto, o cego, e do senador Silveira da Mota (...)." (Patrocínio, *Cidade do Rio*, 5/5/1889)

As conferências eram também concertos, incluindo "parte musical e concertante" (ACE, boletim n.8, 20/3/1881:10), que vinha antes ou depois dos discursos políticos. Criava-se um misto de espetáculo teatral e ativismo político (Alonso, 2010).

Era Patrocínio a alma desses eventos. Apaixonado, "nascera com a oratória no sangue. Tinha incorreções de forma, deslizes filosóficos, insobriedades de imagens, mas uma vez na tribuna (...), era um tumulto feito homem". (Araripe Junior apud Mariano, 1927). O público correspondia: "Continuavam esses aplausos, tomando as proporções de uma verdadeira ovação, quando subiu à tribuna o orador popular José do Patrocínio (...)." (ACE, boletim n.8, 20/3/1881:17)

Depois dessa série no Teatro São Luiz, Patrocínio, manejando suas relações boêmias, arranhou na base da camaradagem ou por preço módico outros teatros,

como o Recreio Dramático e o Polytheama. De 1880 a 1885, sob meia dúzia de nomes - conferência; conferencia-concerto; festival; soirée; matinê; benefício artístico -, pelo menos 147 eventos do gênero aconteceram na Corte e redondezas, mais de um por mês³.

Quando as conferências ganharam público cativo e crescente, de senhoras, como de senhores, de libertos como de livres, de escravos e até de crianças, o fenômeno se propagou pela cidade, em iniciativas avulsas de novas sociedades abolicionistas. Patrocínio e Rebouças, agora já irmanados pelo batismo do menino do primeiro pelo segundo, criaram agenda coletiva, definindo previamente qual associação se encarregaria do evento do domingo, para evitar sobreposições e pulverização da audiência. O minucioso Rebouças se esmerava na logística, na administração de gastos e doações obtidas. O sociável Patrocínio cuidava de atrair artistas e manter as relações com os donos de teatros.

O processo foi num crescendo que extrapolou seu perímetro original. As conferências-concerto abolicionistas se espalharam pelo país em meados dos anos 1880. E a mobilização escapou do teatro: surgiram os meetings a céu aberto, as passeatas, as barqueatas. Luis Gama não estava mais lá pra ver, mas o abolicionismo de Rebouças e Patrocínio ganhou dimensão de movimento social. Tomou as ruas.

3. O triângulo

O lobby de Rebouças, o ativismo judicial de Gama e a mobilização popular de Patrocínio, três estratégias abolicionistas que apontam níveis distintos de ruptura com a ordem imperial. Rebouças começou por dentro das instituições políticas, Gama passou a fazer uso das jurídicas a contrapelo, e Patrocínio recorreu à imprensa e ao espaço público dos teatros. Ações interdependentes, variando mais conforme as conjunturas políticas, que como opções de princípio.

Os três se aliaram no começo dos anos 1880. A situação social privilegiada de Rebouças fez dele o broker, vértice principal do triângulo, conectando as diferentes arenas, a rua, de Patrocínio, com quem fundou a Confederação

³ Coletei informação sobre os eventos nos jornais abolicionistas principais: *O Abolicionista*, 1880-1881; *Gazeta da Tarde*, 1883-1886; *A Redenção*, 1887-1888, *Cidade do Rio*, 1887-1888.

Abolicionista, o tribunal, de Luiz Gama, a quem convidou para escrever em *O Abolicionista*.

Rebouças foi homem de transição entre o princípio de honra do sistema estamental, sendo cortesão, e o princípio de competição da economia de mercado, sendo empresário. Essa situação - que lhe proveu dilaceramentos pessoais - fez dele elo entre as instituições políticas em ruína e a mobilização ascendente dos negros e mulatos socialmente subordinados. Por sua inserção na sociabilidade de corte e nas vizinhanças do sistema político, Rebouças podia restringir-se ao debate intra-elites sociais, aliando-se apenas a Nabuco. Mas sua cor decidiu sua solidariedade com a mobilização societária que estava socialmente abaixo dele, gerando a aliança com Patrocínio e Gama.

Essa dupla identidade de aristocrata e de mulato fez do engenheiro dos diques múltiplos o articulador entre as arenas abolicionistas, a interna às hierarquias sociais e políticas aristocráticas e a da espaço público, dos teatros e das ruas:

"Rebouças encarnou, como nenhum outro de nós, o espírito antiescravagista (...). (...) ele teve (...) o papel primário, ainda que oculto, do motor, da inspiração que se repartia com todos..., não se o via quase, de fora, mas cada um dos que eram vistos estava olhando para ele, sentia-o consigo, em si, regulava-se pelo gesto invisível à multidão..., sabia que a consciência capaz de resolver todos os problemas da causa só ele a tinha (...)." (Nabuco, 1900: capítulo XXI).

Rebouças, Patrocínio e Gama agiram em aliança e consonância. Os métodos de ativismo que a se lançaram, o lobby junto às instituições, a via jurídica, a mobilização popular se expandiram e se combinaram, atacando o escravismo por diferentes flancos. A Confederação Abolicionista, em que os três estiveram envolvidos, pôs em uso todas essas formas de ativismo, avançando adiante para estratégia mais radical: o incitamento à fuga de escravos. Combinação de estratégias que tornou possível o crescimento da mobilização abolicionista ao longo

dos anos 1880, de modo a ganhar a escala de movimento nacional contra a escravidão.

Em solidariedade e aliança com outros abolicionistas negros como eles e brancos, como Nabuco e João Clapp, promoveram ao mesmo tempo a mobilização popular e a pressão sobre as instituições, até que o escravismo não tivesse mais bastião em que se escorar.

*

No fim de 1887, o desmantelamento da escravidão era óbvio. Mas os abolicionistas então combatiam ninguém menos que o Barão de Cotegipe, um dos maiores escravocratas brasileiros, chefe de gabinete de 1885 a 1888, quando comandou a repressão ao movimento abolicionista. Pois bem, também ele tinha origens africanas.

Então a cor não explica o abolicionismo? Explica parcialmente. Se é verdade que muitos abolicionistas eram mulatos - porque a lista aqui podia crescer para encapar Teodoro Sampaio, Miguel Dias e Cruz e Souza, por exemplo - é verdade também que houve mulatos escravistas.

A campanha abolicionista não dividiu o país em brancos e negros. Dos dois lados havia gente das duas cores. Mas o fim da campanha sim marca um ponto de inflexão na história brasileira. A cor era até então um dentre os vários quesitos de estratificação, diferenciação e subordinação na sociedade aristocrática, que contava com múltiplas e sofisticadas hierarquias sociais. Sistema de prestígio, contudo, inteiramente baseado - direta ou indiretamente - na posse de escravos. Quando esta base da hierarquia estamental do Império desabou, a cor assomou como potencial novo critério distintivo, candidata a núcleo do novo sistema de estratificação social, que definiria os que iam ficar acima e os condenados a permanecer abaixo - da lei, em prestígio, em poder. Não é que a República tenha inventado as raças, é que toda a hierarquização social durante o Império se assentava na escravidão. Uma não podia viver sem a outra. Se o Império não tivesse ruído como sistema político, teria de buscar outra base para seu sistema de prestígio em substituição à posse de escravos. O que os 19 meses que separam a

Abolição da República fazem suspeitar é que essa base poderia muito bem ter sido a cor da pele.

Referências bibliográficas

- ACE, Associação Central Emancipadora, *Boletim n. 8*, 20 de março de 1881.
- Alencar, Mario 1906. Discurso de Posse do SR. Mário de Alencar. Academia Brasileira de Letras, 14 DE AGOSTO DE 1906.
- Alonso, Angela. "A teatralização da política: a propaganda abolicionista", paper apresentado no Seminário Sociologia, História e Política, PPGS-USP, em 20 de setembro de 2010 (www.fflch.usp.br/ds/pos-graduacao/downloads/st_2010_05_angela.pdf).
- Azevedo, Elciene. Orfeu de carapinha: a trajetória de Luís Gama na imperial cidade de São. Paulo. Campinas, Unicamp, 1999.
- Carvalho, José Murilo de. 2007. As conferencias radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate in Carvalho, J.M (org), Nação e cidadania no Império: novos horizontes. Ed. Civilização Brasileira.
- Cidade do Rio*, 1889
- Coelho Neto. DISCURSO DE RECEPÇÃO AO ACADÊMICO MÁRIO DE ALENCAR. Resposta do Sr. Coelho Neto. Academia Brasileira de Letras, 14 DE AGOSTO DE 1906.
- Conrad, Robert. *The destruction of the Brazilian escravidão. 1850-1888*. University of California Press, 1972.
- Ferreira, Ligia Fonseca. Luiz Gama (1830-1882): étude sur la vie et l'oeuvre d'un Noir citoyen, militant de la lutte anti-esclavagiste au Brésil. Paris, 2001. 4v. Tese (Doutorado) - Universidade de Paris 3 / Sorbonne Nouvelle.
- Ferreira, Ligia Fonseca. Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan: Estudos Avançados, vol.21 no.60, São Paulo Maio/Agosto de 2007
- Gama, Luiz, *Coleirinho. Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C., 1861. 2ª. Edição
- Carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça, 25/7/1880. reprodução na íntegra com apresentação de Roberto Schwarz: Autobiografia de Luiz Gama, *Novos Estudos*, no 25. Outubro 1989
- Gamson, W.A. e Meyer, D.S. 1996. "Framing political opportunity." In McAdam, D., McCarthy, J.D. and Zald, M.N.(eds.) *Opportunities, Mobilizing Structures and Framing*. 1996 Cambridge University Press, pp.338-57
- Graham, Richard. 1990. Patronage and politics in nineteenth-century Brazil, Stanford University Press edition
- Magalhães Jr, Raymundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Sabiá, Rio de Janeiro: 1969.
- Mariano, Olegário. Discurso de posse do Sr. Olegário Mariano, Academia Brasileira de Letras. 20 de abril de 1927.
- Menucci, Sud. O precursor do abolicionismo no Brasil (Luiz Gama). São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.
- Moraes, Evaristo. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*, Brasília, Ed.UnB, 1986 (1924).
- Nabuco, Joaquim. 1900. *Minha Formação*. São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores. 1949

Pompeia, Raul 1882. "Última página da vida de um grande homem", *Gazeta de notícias*, 10/9/1882 in Coutinho, A. (org.). *Raul Pompéia: escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 1982.

Silva, Eduardo. 2006. Resistência negra, teatro e abolição da escravatura. *Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*.

Silva, Leonardo Dantas (org.). *O Abolicionista: órgão da sociedade brasileira contra a escravidão*, 1880. Recife: Fundaj, 1988.

Verissimo, A.F. e Veríssimo, J. (Eds). *Diario e notas autobiográficas de André Rebouças*. J.Olympio, 1938